

FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

CURSO DE DIREITO

Filipe Martins Barbosa
Daniel Noronha Barros de Paula

**A FALTA DE REPRESENTATIVIDADE DOS NEGROS NA POLÍTICA BRASILEIRA:
OS REFLEXOS DESSA AUSÊNCIA E A NECESSIDADE DE CRIAR AÇÕES QUE
BUSCAM INCENTIVAR O PROTAGONISMO NEGRO**

CARATINGA - MG

2024

FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

CURSO DE DIREITO

Filipe Martins Barbosa
Daniel Noronha Barros de Paula

Relatório de Estágio Curricular Supervisionado
elaborado por Filipe Martins Barbosa e Daniel Noronha
Barros de Paula, alunos do 10º período do curso de
Direito da Unidoctum, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Direito. Orientador:
Prof. Oscar Alexandre Teixeira Moreira.

CARATINGA - MG

2024

Rede de Ensino Doctum – Unidade
Trabalho de conclusão de curso II

A FALTA DE REPRESENTATIVIDADE DOS NEGROS NA POLÍTICA BRASILEIRA: OS REFLEXOS DESSA AUSÊNCIA E A NECESSIDADE DE CRIAR AÇÕES QUE BUSCAM INCENTIVAR O PROTAGONISMO NEGRO

Autor (a) BARBOSA¹

Autor (a) DE PAULA²

RESUMO

O presente trabalho teve como tema a falta de representatividade dos negros na política brasileira. O objetivo principal é contribuir para a reflexão mais profunda sobre questões de justiça social e para o desenvolvimento de políticas e práticas mais inclusivas e equitativas. Tendo em vista as análises detalhadas sobre os principais obstáculos que impedem a representatividade dos negros na política brasileira, incluindo questões históricas, sociais, econômicas e culturais em consequência do racismo estrutural que se põe na sociedade contemporânea brasileira e que impede que certos grupos alcancem ascensão social. A relevância desta pesquisa se manifesta na busca por ampliar os debates sobre implementação de medidas legislativas e judiciais que fortaleçam a proteção dos direitos políticos, e que garantam o acesso equitativo aos recursos eleitorais e combatam ativamente a discriminação racial no processo eleitoral.

Palavras-chave: Protagonismo Negro 1. Racismo estrutural. 2. Política 3. Inclusão
4. Representatividade Negra.

¹ Filipe Martins Barbosa, Graduando em Direito, e-mail: finartinsbarbosa12@gmail.com

² Daniel Noronha Barros de Paula, Graduando em Direito, e-mail: danielnoronhabp@gmail.com

SUMÁRIO:	PÁGINAS
1- INTRODUÇÃO	3
01- O PAPEL DA REPRESENTATIVIDADE E A IMPORTÂNCIA DOS NEGROS NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO.	4
02- OS DESAFIOS DA REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA POLÍTICA BRASILEIRA: OBSTÁCULOS, PERSPECTIVAS E IMPACTOS SOCIAIS	8
2.1. Racismo Estrutural como Obstáculo à Representatividade	8
2.2. Barreiras Econômicas e Sociais na Política	9
2.3. Perspectivas e Impactos Sociais da Representatividade Negra	10
03- FATORES QUE PERPETUAM AS DESIGUALDADES SOCIAIS E AS DISTORÇÕES NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA	16

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema “A falta de representatividade dos negros na política brasileira: os reflexos dessa ausência para sociedade e a necessidade de criar ações que buscam incentivar o protagonismo negro”, pois o mesmo pode contribuir significativamente para investigar como as barreiras históricas e contemporâneas afetam o acesso dos negros aos cargos políticos, sejam eles no âmbito municipal, estadual ou federal.

O objetivo geral surge da necessidade de promover uma discussão significativa e buscar soluções tangíveis para superar essas barreiras e garantir que todos tenham igualdade de acesso, de direitos e de oportunidade na participação no processo político. Acreditamos que este estudo contribuirá para a reflexão mais profunda sobre questões de justiça social e para o desenvolvimento de políticas e práticas mais inclusivas e equitativas. Nossa democracia só pode ser verdadeiramente inclusiva e representativa quando todos os cidadãos têm igualdade de acesso e oportunidade para participar plenamente do processo político.

Tendo como objetivos específicos realizar análises detalhadas sobre os principais obstáculos que impedem a representatividade dos negros na política brasileira, incluindo questões históricas, sociais, econômicas e culturais.

Sendo assim, o problema da pesquisa consiste em aferir: Quais políticas públicas podem ser implementadas para reduzir a desigualdade e superar essas barreiras com garantias de que os negros tenham igualdade de acesso e participação no processo político?

O que se discute neste Artigo Científico é a implementação de medidas legislativas e judiciais que fortaleçam a proteção dos direitos eleitorais, e que garantam o acesso equitativo aos recursos eleitorais e combatam ativamente a discriminação racial no processo eleitoral.

A pesquisa se justifica aos principais desafios enfrentados pelos negros que almejam ingressar na política, incluindo questões como acesso a recursos, discriminação institucionalizada e falta de apoio dentro dos próprios partidos políticos. Além disso, serão analisados os impactos dessa falta de representatividade para a sociedade brasileira, destacando como a ausência de lideranças negras influencia diretamente políticas públicas, legislação e o desenvolvimento de programas sociais voltados para a população afrodescendente.

Como marco teórico, temos que: A ausência de pessoas negras em espaços de poder e prestígio é um exemplo nítido de uma sociedade desigual e racista, e é consequência direta do racismo estrutural que está inserido nas instituições e em todas as esferas da sociedade. O racismo não se restringe apenas à representatividade, pois ter a presença desses grupos nestes

espaços não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista. No entanto, ter esta representatividade é um passo essencial na luta contra o racismo (ALMEIDA, 2019, p.43).

Embora, o Brasil conte com importantes Leis antidiscriminação, como, por exemplo, a Lei Afonso Arinos (Lei Nº 1.390 de 1951), primeira Lei antirracista do Brasil, que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça e cor, a Lei Nº 7.716 de 1989, na qual, em seu Art. 3º, prevê como conduta ilícita o ato de impedir ou dificultar que alguém tenha acesso a cargo público; A Lei Nº 12.288 de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), o qual destina-se a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a própria Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição cidadão, por assegurar direitos e garantias a todos os cidadãos e a Lei Nº 14.532 de 2023 que alterou a Lei Nº 7.716 e passou a tipificar a injúria racial como crime de racismo. O Brasil é um país que ainda está longe de alcançar a plena igualdade de direitos entre os indivíduos, pois o racismo está enraizado na estrutura brasileira e a todo o momento é reforçado pelo sistema (ALMEIDA, 2019, p.89).

O artigo em questão está dividido em três capítulos. A primeira abordagem ajuda a contextualizar o tema apresentando os conceitos de racismo e racismo estrutural no Brasil. Isso é feito de uma análise histórica do período pós-abolição e como isso afeta a sociedade moderna. O segundo capítulo, "Os desafios da representatividade negra na política brasileira: Obstáculos, Perspectivas e Impactos Sociais", enfatiza as dificuldades que a comunidade negra enfrenta no processo de obter representação política, as possíveis perspectivas para superar essas dificuldades e os efeitos sociais que resultam da falta de representação. Por fim, o capítulo final discute questões importantes, como desigualdades sociais, distorções na formulação de políticas públicas e os obstáculos enfrentados na tentativa de aumentar a inclusão e a representação dos afrodescendentes nos órgãos de poder. Destaca-se que, para promover uma sociedade mais inclusiva e justa, é imperativo adotar medidas que assegurem uma representação equitativa e diversificada nos processos de tomada de decisões políticas.

01-O PAPEL DA REPRESENTATIVIDADE E A IMPORTÂNCIA DOS NEGROS NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Uma sociedade democrática e inclusiva depende da representatividade política. No entanto, a falta de representantes negros na esfera política no Brasil tem sido um problema persistente e preocupante. O objetivo desta pesquisa é examinar minuciosamente a representação insuficiente dos negros na política brasileira e seus reflexos na sociedade.

Para entender as profundas desigualdades que permeiam nossa sociedade, é essencial falar sobre o racismo estrutural. Silvio Almeida (2019) afirma que o racismo não se limita apenas às interações pessoais, mas se conecta às organizações políticas e econômicas e continua a se fortalecer. Almeida afirma que:

O racismo não só constitui as relações sociais, seja ele direto ou indiretamente expresso, como também está presente na organização política e econômica da sociedade, e isto faz com que o mesmo passe a ser entendido como estrutural, sendo assim impossível de escapar, pois a todo o momento ele é reforçado pelo próprio sistema, impedindo, assim, que haja ascensão social do povo negro em diversas áreas e espaços da sociedade principalmente em espaços de poder e de tomada de decisões, tendo como um exemplo destes espaços, o campo político.
(ALMEIDA, 2019, p.34).

De acordo com Almeida (2019), é imperativo considerar e combater o racismo estrutural em todas as suas formas. A transformação desse cenário requer mudanças significativas nas políticas públicas e nas estruturas institucionais, bem como uma maior conscientização e engajamento da sociedade em favor da equidade racial. Portanto, é uma responsabilidade coletiva de lutar contra o racismo estrutural, o que requer ação contínua e decidida para acabar com as injustiças históricas e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao longo da história, os afrodescendentes no Brasil foram marginalizados e não foram bem representados na esfera política. Esses obstáculos estruturais tornam -se mais difíceis para que eles participem efetivamente e avancem na política. Além de limitar a entrada de diferentes perspectivas e vozes nos processos decisórios, essa ausência mantém as desigualdades sociais e econômicas em vigor, o que tem um impacto direto nas comunidades negras em todo o país.

A representação política é fundamental para a democracia, especialmente em um país como o Brasil, que tem uma democracia representativa. Nesse contexto, a representatividade permite que o poder do cidadão seja exercido de forma eficaz por meio do voto, ou que permite que diferentes vozes sejam ouvidas e respeitadas quando se trata de tomar decisões políticas. Segundo a Constituição Federal de 1988:

Na esfera política, a representatividade é essencial e tem um papel muito importante, pois é através dela que o cidadão vai exercer seu poder, visto que o Brasil é constituído sob uma democracia representativa onde o povo elege por meio do voto seus representantes para ocuparem os cargos políticos nas instituições públicas e serem responsáveis pela tomada de decisões (BRASIL, 1988).

Além disso, é fundamental assegurar que os representantes políticos reflitam a diversidade da sociedade, como destaca Silva (2015, p.290): “Logo, vê-se a importância de se

ter representantes de todas as camadas sociais, etnias e grupos para que estes possam levar uma real perspectiva de justiça social.”

Silva (2015) enfatiza que a representatividade política é um componente vital para uma democracia eficiente e inclusiva. Podemos aspirar a uma governança mais democrática, justa e responsável ao entender que uma sociedade é diversa e que é necessário representantes que reflitam essa diversidade. Assim, a promoção da representatividade política é um objetivo moral e uma necessidade essencial para uma sociedade que seja verdadeiramente democrática e igualitária.

A população negra recém-liberada da escravidão começou a buscar sua inclusão na sociedade brasileira após a abolição da escravidão em 1888. Mas as estruturas sociais e políticas atuais colocaram grandes obstáculos à integração. A participação dos negros na política local e regional foi reduzida por obstáculos sociais e econômicos persistentes. Todos os cidadãos tiveram direitos iguais quando a República foi proclamada em 1889.

No entanto, os negros ainda enfrentam discriminação e exclusão política na prática. Os negros foram sistematicamente marginalizados pela estrutura política dominante, que era dominada por uma elite branca. Isso lhes impede de participar de forma eficaz na vida política do país.

O Movimento Negro Unificado (MNU) é um exemplo de um grupo de movimentos sociais e políticos liderados por negros que surgiram no século XX e lutaram por direitos civis, igualdade racial e representatividade política. Esses movimentos foram essenciais para aumentar a conscientização sobre os problemas raciais no Brasil e exigir políticas públicas mais inclusivas

O sucesso dos movimentos negros criou no imaginário brasileiro uma falsa noção de "democracia racial", que afirmava que o racismo não existe no Brasil e minimizava as desigualdades raciais. Essa história mitificada esconde os obstáculos verdadeiros que os negros enfrentavam na política e na sociedade em geral. Isso dificultou ainda mais a busca de soluções efetivas para a falta de representatividade.

Podemos dizer que o período escravocrata do Brasil foi a origem do racismo presente tanto na era colonial quanto na imperial do país. De tal forma, o racismo continua presente na sociedade brasileira, mesmo 134 anos depois da abolição da escravidão, tanto nas relações sociais quanto nas instituições. É por isso que pode-se dizer que “o racismo sempre esteve em pauta desde a época da escravidão onde o mesmo foi enraizado” (GARIM, 2021, p. 4).

Hoje em dia, é possível ver um aumento na conscientização sobre as desigualdades raciais e um maior engajamento político da população negra, mas eles ainda têm muito pouca

representação na política brasileira. Para superar esta situação, é necessário um esforço contínuo para combater o racismo estrutural, promover uma política de inclusão e garantir que todos os cidadãos, independentemente da sua origem, minorias ou cor, tenham voz e participem ativamente na tomada de decisões que impactam as suas vidas e comunidades.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil a parcela da população que se autodeclara de cor preta ou raça negra passou de 14,5 milhões no Censo populacional de 2010, para 20,7 milhões em 2022, um crescimento de 42,3%. Com isso, a proporção de pretos no total da população avançou de 7,6% para 10,2%. Posto isso, é imprescindível questionar por qual razão esse grupo ainda se encontra sub-representado no cenário político nacional.

A necessidade urgente de políticas e ações que promovam o protagonismo negro na esfera política é evidente neste contexto. Somente por meio de ações concretas e eficazes será possível superar os obstáculos que impedem que os negros participem plenamente da tomada de decisões que impactam suas comunidades e suas vidas.

No Brasil de hoje, a representatividade racial nas instituições políticas é um tema importante. Embora as últimas eleições tenham feito progressos significativos, os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que há muito caminho a ser percorrido para alcançar uma representatividade equitativa. Os negros constituíram 50,02% das candidaturas nas eleições municipais de 2020. Isso é um avanço significativo em comparação com as eleições anteriores, em que os candidatos autodeclarados negros tiveram uma participação significativamente maior do que os candidatos brancos. Apesar desse progresso, as pessoas negras ainda ocupam cargos políticos de forma desproporcionalmente baixa em comparação com os brancos. Segundo Silva (2015):

Desta forma o que podemos encontrar hoje no cenário político brasileiro é um quadro caracterizado por uma sub-representação não só dos negros como também de outros grupos tidos como 'minorias', os quais, juntos com os negros, encontram-se sub-representados no campo político pois sua presença em cargos de liderança e de poder nas instituições públicas é pouca ou quase nula(SILVA, 2015, p. 289).

Os dados do TSE sobre as eleições municipais de 2020 mostram um aumento significativo no número de candidaturas de pessoas autoproclamadas negras em comparação com as eleições anteriores. Esse aumento é uma mudança positiva, pois mostra que a população negra está mais engajada e participando politicamente.

Apesar desse avanço nas candidaturas, ainda existe uma disparidade preocupante entre a representação dos negros na sociedade em geral e sua participação nas cargos políticas.

A diferença entre a proporção de negros na população em geral e como eles são representados nos espaços de poder político mostra que as desigualdades raciais continuam existindo, e é urgente que essas questões sejam resolvidas.

Essa diferença mostra vários problemas estruturais que os negros enfrentam quando tentam participar de políticas. Os fatores que prejudicam essa sub-representação incluem discriminação institucionalizada, desigualdade no acesso a recursos e falta de apoio aos partidos políticos.

Além disso, a falta de líderes negros nas esferas políticas tem um impacto significativo nos programas sociais e na legislação do país. É possível que as experiências de vida e perspectivas específicas da comunidade negra nessas esferas de poder resultem em políticas abrangentes que não atendem às necessidades e preocupações dessa população.

Como resultado, os dados do TSE são uma base importante para entender a representação da política dos negros no Brasil. Eles enfatizam que é imperativo tomar ações concretas para superar os obstáculos estruturais que impedem que os negros participem plenamente do processo político e para garantir uma representação mais justa e inclusiva em todos os níveis do governo.

02- OS DESAFIOS DA REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA POLÍTICA BRASILEIRA: OBSTÁCULOS, PERSPECTIVAS E IMPACTOS SOCIAIS

No primeiro capítulo, discutimos a questão da representatividade e o papel que ela desempenha para os negros no sistema político brasileiro, enfatizando que a representação política é essencial para construir uma sociedade democrática e inclusiva. Este capítulo examinará os principais obstáculos que impedem que mais negros sejam representados na política, além de discutir maneiras de superar esses problemas e os efeitos sociais que podem resultar de mais negros sendo incluídos nas esferas de decisão.

2.1. Racismo Estrutural como Obstáculo à Representatividade

Esta pesquisa é importante porque busca ampliar o debate sobre a implementação de legislação e medidas judiciais que protejam os direitos políticos e garantam o acesso equitativo aos recursos políticos, bem como fortalecer a discriminação racial no processo político. A exclusão dos negros da esfera política é agravada pela falta de políticas públicas eficazes para combater o racismo e promover a inclusão. Como afirma Silvio Almeida (2019), "o racismo estrutural se refere a uma estrutura de poder que perpetua a desigualdade racial através das instituições e práticas sociais, afetando a maneira como os indivíduos são tratados em diferentes esferas da vida" (p. 23). Esse conceito é fundamental para entender como a

ausência de ações afirmativas reflete a falta de compromisso do Estado com a igualdade racial, perpetuando assim as desigualdades.

Essa visão, no entanto, ajuda a entender que o racismo está profundamente arraigado nas estruturas que moldam as políticas públicas e sociais, e não se limita a ações individuais ou isoladas. Os negros têm sido historicamente marginalizados na política brasileira devido à inércia do governo em abordar essas questões, o que aumenta as desigualdades e a manutenção fora dos espaços de poder e decisão.

A exclusão histórica é agravada pela falta de acesso equitativo a recursos políticos essenciais, como financiamento de campanhas, redes de apoio e visibilidade nos meios de comunicação. Ao não possuírem esses recursos, os candidatos negros enfrentam dificuldades quase impossíveis de competir de forma justa em um sistema político dominado por brancos. Como resultado, as situações políticas no Brasil continuam a criar uma estrutura de desigualdade estrutural, pois as decisões são tomadas sem considerar as necessidades e experiências das pessoas negras.

Além disso, é fundamental salientar que a representatividade negra não é apenas um problema de inclusão simbólica, mas também uma maneira de mudar o debate político sobre questões raciais. A presença de políticos negros pode ajudar na formulação de políticas mais inclusivas que abordem as desigualdades sociais e financeiras que afetam a população negra. Márcia Lima sustenta que quando grupos racializados são excluídos da política, isso resulta em uma democracia incompleta, onde uma pluralidade de vozes e perspectivas não é considerada de forma completa. Portanto, aumentar a representatividade negra aumenta a justiça social e a democracia. O racismo estrutural, então, não afeta apenas os indivíduos diretamente excluídos, mas prejudica a sociedade como um todo, ao limitar o potencial transformador de uma participação política diversa e inclusiva.

2.2. Barreiras Econômicas e Sociais na Política

Além do racismo estrutural que molda as políticas e práticas dentro das instituições, os impedimentos financeiros são outro grande impedimento para candidatos negros se envolverem na política brasileira. Existe uma realidade de que muitos não têm acesso a recursos financeiros, o que os impede de se envolverem politicamente, resultando em uma sensação de exclusão, que se reflete no fato de que poucos políticos negros foram eleitos. Como aponta Márcia Lima (2018), “a desigualdade econômica e a falta de recursos financeiros são barreiras significativas para a participação política efetiva, especialmente para candidatos de grupos historicamente marginalizados” (p. 45). Essa observação enfatiza como o capital econômico determina as chances de sucesso eleitoral e quem tem voz e visibilidade

na política. Os candidatos negros ficam em desvantagem, continuando o ciclo de sub-representação. Eles não têm os recursos necessários para financiar campanhas, criar redes de apoio e aumentar a visibilidade.

Ademais, a desigualdade no acesso à educação e ao capital social limita as oportunidades de formação política e liderança para a população negra. Ana Flávia Magalhães Pinto (2017) argumenta que “a participação política de grupos historicamente excluídos é fundamental para a consolidação de uma democracia mais representativa e para a criação de políticas públicas que promovam a equidade” (p. 89). Sua análise destaca que o envolvimento desses grupos no processo político é uma condição essencial para uma democracia verdadeiramente inclusiva. No entanto, a exclusão educacional e a falta de redes de influência dificultam o acesso desses indivíduos à política. Os negros não têm a educação e o capital social necessários para navegar no sistema político. Eles também enfrentam desafios adicionais para aprender como habilidades de liderança e como conexões políticas essenciais para sua participação e sucesso. Como resultado, a ausência de representatividade negra não é apenas um sinal de desigualdades físicas, mas também a falta de oportunidades estruturais que permitiram a criação de novos líderes.

2.3. Perspectivas e Impactos Sociais da Representatividade Negra

Ao longo da luta por maior representatividade, surgem perspectivas otimistas que indicam a possibilidade de mudanças significativas tanto na esfera política quanto social. Essas mudanças aumentaram a diversidade nas instâncias de poder, bem como a formulação de políticas públicas e o fortalecimento da democracia.

A crescente conscientização sobre a importância da diversidade também tem levado a uma maior pressão popular para que os partidos políticos sejam reformados de forma estrutural. Esses partidos perceberam que era necessário refletir a pluralidade da sociedade brasileira e tomaram medidas para encorajar candidatos negros a se candidatarem. Outros fatores importantes para essa transformação, como a educação política e a formação de novas lideranças negras. Iniciativas como a "Bancada Coletiva", que reúne diferentes vozes dentro de um mesmo mandato, demonstraram que é possível construir espaços de poder mais inclusivos e representativos.

O impacto social de uma maior representatividade negra na política vai além do aumento de números de parlamentares negros; ele afeta diretamente a qualidade da democracia e a justiça social no Brasil. Como argumenta Joana B. Souza (2019), "a inclusão de diferentes grupos sociais na política não é apenas uma questão de justiça, mas também de eficácia na formulação de políticas que atendam às necessidades de toda a população" (p.

101). Uma maior presença de políticos negros pode resultar em políticas públicas que atendam melhor às necessidades da população negra que era historicamente marginalizada. Isso inclui ações para diminuir a desigualdade racial, combater o racismo institucional e aumentar o acesso a serviços de saúde, educação e moradia.

Outro impacto relevante da representatividade negra na política é a transformação do discurso político. A inclusão de vozes negras traz novas perspectivas para o debate público, muitas vezes focando em questões que foram historicamente ignoradas ou sub-representadas. Como afirma Silvio Almeida (2020), "a representatividade política negra pode transformar as estruturas de poder e promover uma agenda mais inclusiva e equitativa, beneficiando a sociedade como um todo" (p. 77). Dessa forma, a representatividade negra não só promove a inclusão, mas também enriquece o diálogo democrático, permitindo que a política brasileira avance em direção a uma maior igualdade e justiça para todos os seus cidadãos.

É imperativo agora examinar os principais problemas que moldam a política brasileira para entender esses obstáculos e as oportunidades para aumentar a representatividade. O próximo capítulo discutirá desigualdades sociais e distorções na formulação de políticas públicas que abordarão a representação e a inclusão de negros em órgãos de poder. Examinaremos como as desigualdades afetam o desenvolvimento de políticas públicas e os desafios enfrentados no esforço para aumentar a inclusão e a representatividade dos afrodescendentes.

Assim, o terceiro capítulo proporcionará uma análise aprofundada dos fatores que perpetuam as desigualdades sociais e as distorções na formulação de políticas, preparando o terreno para compreender os esforços necessários para promover uma verdadeira inclusão e representatividade na esfera política. Esta continuidade será fundamental para explorar as soluções e estratégias necessárias para enfrentar esses desafios e avançar em direção a uma sociedade mais justa e equitativa.

03- FATORES QUE PERPETUAM AS DESIGUALDADES SOCIAIS E AS DISTORÇÕES NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

A análise das desigualdades sociais no Brasil revela como o racismo estrutural e a desigualdade socioeconômica são fundamentais na exclusão da população negra da política. O conceito de racismo estrutural, conforme exposto por Silvio Almeida (2019), é essencial para entender as complexas dinâmicas que perpetuam a desigualdade racial. Almeida define o racismo estrutural como "uma estrutura de poder que se manifesta nas instituições e práticas sociais, reproduzindo desigualdades raciais em diversas esferas da vida" (p. 37). Esse conceito

ajuda a compreender que as desigualdades não são apenas resultado de ações individuais, mas de sistemas que sustentam a exclusão e a marginalização.

A desigualdade racial sistêmica vai além das manifestações claras de preconceito; ela também está presente nas normas, políticas e práticas institucionais que perpetuam a discriminação racial. Isso se traduz em barreiras sistêmicas no sistema político brasileiro que impedem que os negros participem dos espaços de poder e decisão. A ascensão e a representação efetiva de candidatos negros são dificultadas por práticas comuns em muitas instituições políticas, como partidos políticos e órgãos governamentais.

Ao examinar a política de exclusão da população negra, esse conceito é fundamental. A discriminação não é a única forma de racismo estrutural; também está presente nas estruturas de poder e nos processos de tomada de decisão política. As desigualdades raciais são causadas por mecanismos que aumentam a falta de diversidade e inclusão, desde a elaboração de políticas até o financiamento de campanhas, criando um ciclo em que a exclusão política é tanto a causa quanto o efeito das desigualdades estruturais mais amplas.

Além do racismo estrutural, a desigualdade socioeconômica também desempenha um papel crucial na exclusão política dos negros no Brasil. Jessé Souza (2017) observa que “a pobreza estrutural está ligada à falta de oportunidades econômicas e políticas, particularmente para os grupos racializados” (p. 52). Essa citação ilustra como a pobreza e a falta de recursos que estão diretamente relacionadas à dificuldade de acesso a oportunidades políticas, evidenciando um ciclo de marginalização.

A marginalização econômica dificulta muito a participação política, principalmente por causa da falta de acesso a recursos essenciais para campanhas eleitorais. Os candidatos negros enfrentam dificuldades significativas para obter o financiamento e o apoio necessário para uma competição justa e visibilidade devido à falta de redes de apoio e acesso a grupos políticos e econômicos poderosos.

Além das desigualdades individuais, este caso envolve uma estrutura socioeconômica que fomenta a exclusão. A pobreza estrutural impede que as pessoas tenham acesso a recursos financeiros e oportunidades acadêmicas e profissionais, que são essenciais para construir uma base sólida para a participação política. A falta de acesso a essas oportunidades fortalece a marginalização histórica dos negros e mantém a sub-representação política deles.

A conexão entre desigualdade econômica e exclusão política mostra a necessidade de políticas públicas que abordam ambos os problemas. É fundamental implementar estratégias que não apenas forneçam financiamento e recursos aos candidatos negros para combater a

sub-representação e promover a igualdade no acesso à educação e ao emprego, criando uma base econômica mais sólida e uma participação política mais justa.

Além das falhas nas políticas públicas, as barreiras institucionais e a cultura política brasileira também são determinantes na exclusão dos negros da política. Flávia Rios e Lélia Gonzalez (2021) destacam que “mesmo em partidos que se apresentam como progressistas, as estruturas internas constantemente reproduzem lógicas de exclusão racial” (p. 42). Essa citação revela a persistência de práticas e estruturas que perpetuam a exclusão racial, mesmo em contextos que aparentemente promovem a inclusão.

Embora alguns partidos se apresentem como progressistas, seus procedimentos internos constantemente reproduzem e refletem desigualdades raciais. Dentro desses partidos, a escolha dos candidatos, o acesso a cargos de liderança e distribuição de recursos geralmente é conduzido por lógicas que favorecem grupos historicamente privilegiados, enquanto os candidatos de grupos racializados são marginalizados. A cultura política brasileira, caracterizada por segregação racial e elitismo, influencia nas expectativas e comportamentos dentro das instituições políticas, resulta em um ambiente que dificulta a diversidade e a inclusão.

É necessário mudar as práticas políticas e as estruturas partidárias para que o ambiente seja mais inclusivo e representativo. Para atingir esse objetivo, é essencial revisar os procedimentos de escolha dos candidatos, implementar práticas que promovam a diversidade e estabelecer ambientes políticos que desafiem e desfaçam os padrões exclusivistas. Além disso, para mudar a cultura política brasileira, é necessário fazer um esforço deliberado para acabar com práticas que excluem grupos étnicos e elitistas, além de promover uma mentalidade que reconheça a diversidade como um elemento essencial da democracia.

A investigação dos elementos que contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais, bem como as distorções na formulação de políticas, revela um cenário complexo. A principal causa da política de exclusão dos negros no Brasil é o racismo estrutural e a desigualdade socioeconômica. As políticas públicas atuais são permitidas, mas muitas vezes não são suficientes para combater essas desigualdades. O Brasil deve implementar mudanças substanciais em seu sistema político e nas práticas eleitorais para garantir uma verdadeira inclusão e representatividade. Isso exigirá que ações afirmativas sejam acompanhadas de ações estruturais contínuas. A única maneira de alcançar uma representatividade política equitativa para todos os cidadãos será por meio de uma abordagem abrangente e integrada. Toda a busca de informações que trazemos neste capítulo, esperamos que seja de grande

serventia para estudos e que possamos fazer diferença na ajuda para uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Esperamos que o tema que trazemos para este artigo, seja mais uma forma de tentar buscar a igualdade entre todos na sociedade, e que seja mais uma forma de mostrar apoio a toda minoria desfavorecida que foi citada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar a questão da inclusão dos negros na política brasileira, sob a perspectiva do direito à igualdade. O problema que nos motivou a realizar esta pesquisa foi a constatação de que a população negra enfrenta diversos tipos de discriminação, exclusão e marginalização no âmbito político e social. Diante desse cenário, propusemo-nos a investigar como o sistema político e eleitoral brasileiro tem tratado essa questão, quais são os desafios enfrentados pelos negros para alcançar cargos de poder e influência, e como as políticas públicas e ações afirmativas podem ser aplicadas para promover maior representatividade e equidade na política brasileira.

Para alcançar esses objetivos, utilizamos uma metodologia transdisciplinar, baseada no estudo e na opinião de diversos autores, artigos, estudos e debates encontrados em sites da internet. Trata-se de um artigo científico acadêmico, que consiste em considerações conceituais, três capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, analisamos o papel da representatividade negra na política brasileira, que é fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. A proporção de negros nos cargos de poder continua desproporcionalmente baixa, apesar de grandes avanços no debate sobre o racismo estrutural e a conscientização social. É necessário um esforço contínuo para promover uma política de inclusão, garantir que uma maior diversidade de vozes esteja presente nos processos decisórios e acabe com as desigualdades que impedem as pessoas negras de se envolverem politicamente.

No segundo capítulo, analisamos os principais desafios que impedem uma maior representatividade negra na política brasileira, com foco no racismo estrutural e nas barreiras econômicas e sociais que dificultam o acesso de candidatos negros aos recursos políticos e à visibilidade. Abordamos também as perspectivas promissoras para superar esses obstáculos, destacando a importância de políticas públicas inclusivas e da educação política para a formação de novas lideranças negras. Concluimos que uma maior representatividade negra não apenas enriquece o debate democrático, mas também fortalece a justiça social e a qualidade da democracia no Brasil.

No terceiro capítulo, analisamos como o racismo estrutural e a desigualdade socioeconômica perpetuam a exclusão da população negra da política brasileira. Observou-se que esses obstáculos limitam o acesso a recursos, redes de apoio e oportunidades, ou que levam a uma representação política contemporânea. Além disso, foi enfatizado o quanto é necessário fazer mudanças profundas no sistema político, juntamente com políticas afirmativas eficazes, para promover uma verdadeira inclusão e equidade. A análise indica que para acabar com essas desigualdades, é necessário tomar medidas estruturais contínuas. O objetivo dessas ações é construir uma sociedade mais justa e democrática para todos.

Os resultados obtidos neste trabalho contribuem para o debate sobre a questão da inclusão dos negros na política brasileira, sob a perspectiva do direito à igualdade. Eles também reforçam a importância da conscientização e da educação da sociedade sobre as questões raciais, rompendo com os estereótipos e preconceitos que historicamente marginalizam a população negra. Além disso, os resultados destacam a necessidade urgente de promover os direitos humanos e políticos dos negros no Brasil, recorrentemente negligenciados e violados ao longo da história.

No entanto, reconhecemos que este trabalho tem suas limitações, decorrentes das dificuldades de acesso a fontes confiáveis e atualizadas sobre o tema, bem como da escassez de estudos científicos aprofundados e revisados por pares que avaliem os impactos concretos da sub-representação negra no cenário político. A complexidade e a profundidade das dinâmicas de exclusão racial exigem análises contínuas e interdisciplinares.

Dessa forma, sugerimos que pesquisas futuras se aprofundem e ampliem o conhecimento sobre a inclusão de negros na política, abordando outras dimensões da participação política negra no Brasil, como o papel dos partidos, o financiamento de campanhas, a educação política e o impacto de políticas afirmativas. Além disso, é fundamental que tais estudos proponham soluções práticas e efetivas para melhorar a representatividade e o acesso dos negros aos espaços de poder, contribuindo para uma política mais inclusiva e democrática no Brasil.

Finalizamos este trabalho com uma mensagem de esperança e de otimismo, acreditando que o nosso TCC pode contribuir para uma sociedade mais diversa, plural e democrática, que respeita e valoriza a importância da conscientização e da educação da sociedade sobre as questões raciais. Acreditamos também que o nosso TCC pode contribuir para a nossa formação acadêmica, profissional e pessoal, nos tornando mais críticos, conscientes e solidários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. (2019). *Racismo Estrutural*. Editora Luta Pela Liberdade.

ALMEIDA, S. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen.

ALMEIDA, S. (2020). *O que é Racismo Estrutural*. Editora Brasiliense.

CAMPOS, L. A. (2020). *Raça e Política no Brasil: Perspectivas e Desafios*. São Paulo: Perspectiva.

LIMA, M. (2018). "Desigualdade e Políticas Públicas no Brasil". *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 12(3), 45-60.

PINTO, A. F. M. (2017). *Cidadania e Participação Política no Brasil*. Editora FGV.

RIBEIRO, D. (2017). *O que é Lugar de Fala*. Editora Companhia das Letras.

RIOS, F., & Gonzalez, L. (2021). *Movimentos Negros e Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Pallas.

sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2020

SOUZA, J. B. (2019). *Diversidade e Inclusão nas Políticas Públicas*. Editora Unesp.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Novembro/acoes-afirmativas-da-justica-eleitoral-contribuem-para-aumentar-a-representacao-negra-na-politica

www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/tse-divulga-percentual-de-candidaturas-femininas-e-de-pessoas-negras-por-partido-politico

www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/comissao-de-promocao-de-igualdade-racial-da-justica-eleitoral-completa-dois-anos-de-atuacao